



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

O papel das gestões municipais na neoliberalização do espaço urbano: os espaços públicos nas últimas gestões da cidade de São Paulo

Autores:

Milena Cristina Sartori - IAU-USP - milenasartori@gmail.com

Resumo:

O neoliberalismo pode ser entendido enquanto uma racionalidade capaz de estruturar a todas as esferas da vida, baseada na forma empresa e na lógica concorrencial. Incluem-se nessa racionalidade os próprios sujeitos, vistos como ativos, assim como o Estado, cujo papel altera-se radicalmente nesse contexto, deixando de atuar como defensor e provedor dos interesses sociais e coletivos e passando ao papel de coordenador da atuação dos diversos agentes que atuam no mercado. Desse modo, o neoliberalismo atua na redefinição de um novo quadro social, moral e político que seja compatível com a nova estrutura econômica do mercado. As cidades também sofrem significativas alterações, de modo que a produção do espaço urbano passa a ser condicionada sobre a lógica da competição e da (re)produção do capital. Como atuam as gestões municipais nessas circunstâncias em que as transformações do espaço urbano não são pautadas por questões urbanísticas? A resposta se dá em cenários diversos, como se vê nas recentes gestões da Prefeitura Municipal de São Paulo, de Haddad (2013-2016), representante da esquerda moderna, e de Doria (2017-2018), de extrema direita e defensor neoliberal.

O PAPEL DAS GESTÕES MUNICIPAIS NA NEOLIBERALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Os espaços públicos nas últimas gestões da cidade de São Paulo¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca caracterizar, no cenário de descentralização do governo central em prol dos governos locais, como as gestões municipais assumem responsabilidades que podem orientar as cidades para caminhos completamente distintos, embora entenda-se que sejam produto de uma mesma racionalidade de produção, aquela provida pelo contexto neoliberal.

Inicialmente se fazem necessárias duas breves explanações para que se compreendam as abordagens aqui realizadas: a caracterização da amplitude daquilo que aqui se denomina “racionalidade neoliberal” e a justificativa do que se afirma em relação à ascensão da esfera local de governo na provisão de políticas públicas direcionadas ao município.

Primeiramente, em relação ao neoliberalismo, adota-se principalmente a compreensão trazida pelos autores Dardot e Laval (2016), a qual ultrapassa a tese marxista que o reduz à expansão da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital, e o compreende como uma racionalidade, uma ideologia capaz de superar todas as outras e que, como tal, tende a estruturar não apenas a ação dos governantes, mas até mesmo a conduta dos governados, por meio de um intenso processo de subjetivação².

“(…) o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro,

¹ Processo nº 2018/04908-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

² “Por razões teóricas básicas, a interpretação marxista, por mais atual que seja, revela-se de uma insuficiência gritante nesse caso. O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.21)

estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 1)

Através dessa abordagem, considera-se que o neoliberalismo buscou – e ainda busca – auxiliar na redefinição de um novo quadro social, moral e político que seja compatível com a nova estrutura econômica do mercado, a qual se baseia, sobretudo, na livre concorrência de mercado e na forma empresa aplicadas a todas as esferas³.

O Estado, portanto, não passou ileso nesse processo de reestruturação neoliberal pós-crise econômica. A partir de 1980, baseado na construção de um ideário de ineficiência e ineficácia do Estado, iniciou-se nos países europeus um processo de reestruturação administrativa da máquina pública, o qual chegaria à América Latina apenas na década de 1990, com uma particularidade, a ser abordada.

Dessa forma, o desmantelamento do Estado social se deu sobre a concepção do mesmo como uma máquina “cara” em vista das vantagens que oferecia à coletividade e como um empecilho à competitividade na economia, fazendo-se necessária uma alteração em seus instrumentos e mecanismos. Um Estado burocrático e regulador da economia e da sociedade, promotor do bem-estar social, não era mais concebível, visto que podia tornar-se um entrave ao livre exercício da concorrência de mercado.

Nessas circunstâncias, o papel do Estado pós-reforma se dá mais no sentido de “produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.69) do que de provedor exclusivo, como anteriormente. Para isso, deve proporcionar e gerenciar as ações dos agentes, bem como se responsabilizar pela produção dos modos de vida e mentalidade neoliberais, de modo a garantir que se mantenha a ordem concorrencial como regra suprema do governo.

Este é um equívoco muito comum quando se falam dos governos neoliberais: não há uma redução do Estado, mas sim uma mudança em seu papel principal, que deixa de ser o de provedor do bem-estar social e passa a ser o de amparar a livre atuação do mercado⁴. Ou seja, o Estado não se retira, mas passa a exercer seu poder de forma indireta, sobre novas bases, métodos e objetivos, orientando as atividades dos atores privados.

A ASCENSÃO DO GOVERNO LOCAL E O URBANISMO NEOLIBERAL

Conforme mencionado, a década de 1980 foi um momento de inflexão para a atuação estatal, posto o imaginário coletivo de “ausência de perspectivas” criado em torno do mesmo

³ Diferentemente do liberalismo, que se baseava na “mão invisível” do mercado, o neoliberalismo contrapõe-se com a “mão visível” de empresários, financistas e políticos associados a eles, especialistas do modelo empresarial.

⁴ “Mais uma vez, comprovamos as grandes análises de Marx, Weber, Polanyi segundo as quais o mercado não atua sozinho: ele sempre foi amparado pelo Estado.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.19)

devido à sua “ineficácia e ineficiência” nos papéis de protetor e provedor social, os quais eram vistos até então como responsabilidade exclusiva do Estado⁵.

O cenário delineado até 1980, de centralização decisória e financeira na esfera federal, de fragmentação institucional e exclusão da sociedade civil do processo de formulação, implementação e controle das políticas públicas, e as consequentes soluções “uniformes e democráticas” dadas pelo governo já não se mostrava mais eficiente do ponto de vista das demandas reais, visto que apresentava soluções padronizadas, pouco eficientes e distantes da população.

Para falar da reestruturação do governo, entretanto, trataremos aqui do caso brasileiro que, diferentemente do europeu, ocorreu na década de 1990 devido ao seu processo tardio de neoliberalização, dado que em 1985 teve fim a Ditadura Militar que governou o país desde 1964 e iniciou-se o processo de redemocratização do mesmo, o que demandou um período de retomada das estruturas e estabilidade interna antes de uma reestruturação econômica alinhada com o cenário internacional.

Tal fator trouxe, não somente ao Brasil, mas também aos outros países da América Latina que também passaram por um período ditatorial, uma especificidade à redefinição da esfera pública: não se tratava apenas de estabelecer consensos pró-mercado, mas também de construir uma nova imagem da ação estatal que se mostrasse capaz de se reestruturar produtivamente no âmbito da globalização e também de seguir com o processo de democratização.

Assim, incluíram-se nas agendas da reforma estatal brasileira questões alinhadas a esse processo, as quais culminaram na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, responsável por reconstruir a democracia no país. Além disso, era preciso também considerar questões relativas à escassez de recursos e modos de superá-la, dada a realidade econômica do país, a fim de atrair investimentos e renovar a base produtiva das cidades, entendidas como importantes motores do desenvolvimento econômico pós-recessão de 1970. (BORJA; CASTELLS, 1996, p.153).

Desse modo, a reestruturação brasileira se deu principalmente no sentido da descentralização do governo federal para os governos municipais, buscando favorecer a democratização das relações entre Estado e sociedade, baseado no princípio da maior proximidade dos últimos com o governo local, em comparação com o governo federal. Além disso, buscaram-se novas prioridades de ação e formas de articulação com a sociedade civil e o mercado e a inserção de novas formas de gestão nas organizações estatais, visando dotá-las com maior eficiência e efetividade (características atribuídas ao setor privado), superando a burocratização de procedimentos e a hierarquização excessiva dos processos decisórios (FARAH, 2001).

Nesse cenário, portanto, se viu a ascensão da escala municipal e as cidades passaram a ser lugares de experimentação por parte dos governos locais, para o desenvolvimento de fórmulas que auxiliassem na recuperação da identidade coletiva e da participação social, bem

⁵ FARAH, 2001.

como de novas formas de negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, visando criar consensos que possibilitassem a promoção das cidades, interna e externamente⁶.

Como caracterizam Brenner, Peck e Theodore (2009), as cidades se tornaram espaços estratégicos no contexto da destruição criativa neoliberal⁷, na medida em que se apresentam como *“loci de innovación y crecimiento, y como zonas de gobernanza delegada y experimentación institucional local, igualmente las posicionan [las ciudades] a la vanguardia del avance neoliberal.”* (BRENNER; PECK; THEODORE, 2009, p. 7).

Assim, portanto, os processos de democratização política e descentralização do Estado revalorizaram o papel das cidades e dos governos locais, o que permite a identificação da cidade contemporânea como um “ator político”, complexo e de múltiplas dimensões, que “promove acordos e associações, assume responsabilidades diante da sociedade e da União, representa, enfim um pólo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado” (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 152).

Conforme a abordagem de Borja e Castells (1996), as cidades latino-americanas emergiram e se consolidaram como atores no cenário internacional apenas na década de 1990 por meio de estímulo a grandes projetos de cidade que envolvem a participação de agentes públicos e privados. No entanto, ao mesmo tempo em que avançaram nesse setor, agravaram os déficits já existentes em suas cidades, como as desigualdades e marginalidades, as deficiências de infraestrutura e serviços públicos e, de modo geral, a fragilidade do governo local e de sua integração com a sociedade.

“(...) a consolidação dos processos democráticos internos e a crescente abertura econômica externa multiplicaram as demandas sociais e acentuaram a sensação de crise funcional nas grandes cidades.” (BORJA; CASTELLS, 1996, p.154)

Assim, como se vê, ao mesmo tempo em que as cidades mostram suas fragilidades com a crise, elas buscam soluções através da negociação entre os atores urbanos e da geração de uma liderança local forte, capaz de gerenciar a autonomia decisória frente às esferas centrais e promover a cidade. Tal promoção se dá em duas instâncias: interna, visando a participação coletiva em seu desenvolvimento, assim como externa, integrando-a em redes de cidades regionais ou mundiais, que atraiam para si investidores e usuários, nos moldes do urbanismo neoliberal.

O neoliberalismo apresenta-se, desse modo, como um fenômeno multiescalar, que reconfigura relações em diferentes escalas (regional, nacional e internacional) e entre diferentes atores (institucionais e econômicos), substituindo lógicas tradicionais por lógicas de competição⁸. Como um novo “ator” que ascende no contexto neoliberal, as cidades são

⁶ BORJA; CASTELLS, 1996.

⁷ A destruição criativa definida por Brenner, Peck e Theodore (2009) se dá na transição entre o modelo de “cidade de bem-estar” ao modelo de “cidade neoliberal”, na medida em que a última se constitui a partir do desmanche da primeira, em um intenso processo de experimentação e disputa.

⁸ BRENNER; PECK; THEODORE, 2009.

submetidas às mesmas condições que os demais: adaptação à forma empresa (em um processo denominado por Harvey (1996) como empresariamento da gestão urbana) e inserção em um mercado onde a concorrência é a palavra de ordem prioritária, como bem caracteriza Vainer (1999):

“Se durante um largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana.” (VAINER, 1999, p.1)

O que caracteriza essa mudança no cerne da questão é, antes de mais nada, a própria racionalidade neoliberal aplicada aos instrumentos e mecanismos urbanísticos, bem como aos de sua gestão, acompanhada de alterações nos âmbitos da produção e do consumo, que reorientaram também o “fazer urbano”.

Com a crise do fordismo, as mudanças na esfera de produção e organização do trabalho produtivo refletiram nos territórios urbanos: a desindustrialização de determinados setores, bem como o avanço de novas tecnologias e redes de transporte permitiram que as cidades alterassem sua função prioritária de reprodução da força de trabalho e se realocassem em função de novos fatores, em um processo produtivo entendido já à escala global.

Nesse sentido, um dos objetivos principais para a (re)estruturação do espaço urbano e um dos maiores desafios à gestão local passa a ser o fortalecimento e a “venda” das cidades, de seus atributos específicos, a fim de que sejam competitivas no mercado global. Desse modo, se reduz o papel do Estado-Nação no controle do fluxo monetário internacional, trazendo ao nível local a negociação com o capital financeiro.

A cidade passa a assumir, portanto, dois papéis, coexistentes: cidade-mercadoria, enquanto objeto a ser vendido; e sujeito político, enquanto empresa, responsável pelo empresariamento de si mesma no mercado globalizado. Conforme Harvey (1996), é nesse momento que passamos do gerenciamento para o empresariamento urbano.

Tais circunstâncias dão ao espaço urbano o dinamismo próprio do capitalismo, em um ciclo constante de apogeu e crises que reconfiguram o território ao longo do tempo: áreas que recebem investimentos, se valorizam e que logo entram em declínio e deterioro abrindo novas possibilidades ao capital, que é reinvestido em outras áreas em ascensão. Tal processo de transformação constante da “cidade-objeto” traz sempre novos desafios e novas condicionantes à “cidade-empresa”, de modo que o processo de urbanização seja sempre um processo de tensão entre essas duas esferas.

No entanto, quem ou o que constitui essa subjetividade empresarial urbana, responsável pela produção dos espaços das cidades juntamente aos governos locais? De acordo com Harvey (1996)

“(...) o poder efetivo de reorganizar a vida urbana se localiza tão frequentemente em outro lugar ou pelo menos numa coalizão de forças mais ampla na qual o governo e a administração urbana desempenham apenas um papel de agilizar e coordenar. O poder de organizar o espaço advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais. É um processo tão mais conflituoso quanto mais variada a densidade social num determinado espaço ecológico.” (HARVEY, 1996, p.52)

Dessa forma, o papel do Estado na cidade neoliberal é o de facilitador e coordenador das circunstâncias propícias para que “todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais” possa atuar na produção do espaço urbano. Assim sendo, um dos aspectos centrais do empresariamento das cidades é sua viabilização a partir de cooperações público-privadas, incentivadas pela reestruturação estatal, nas quais o governo se subordina ao mercado na medida em que busca criar condições favoráveis ao último, relegando outras funções que lhe são atribuídas, como a social.

Por meio desse modelo, o setor público local assume os riscos das transformações espaciais e se especializa na provisão de infraestruturas que visam atrair os investimentos privados, que podem mover-se livremente pelo território sem se responsabilizar pelos maiores encargos. Desse modo, o capital assume uma geografia flexível concedendo ao setor privado os bônus da acumulação do capital pelo território, enquanto o setor público assume o ônus.

Entretanto, cabe destacar que tal liberdade concedida ao capital no território, embora atraia investimentos e recursos, ocasiona graves consequências em sua distribuição, principalmente em países como o Brasil, como nos alertaram Borja e Castells (1996) anteriormente. Conforme Brenner, Peck e Theodore (2009)

“(...) la neoliberalización se basa en un desarrollo espacial desigual y se materializa a través de esa desigualdad; esto es, su “estado natural” se caracteriza por una topografía desigualmente desarrollada y persistentemente inestable.” (BRENNER; PECK; THEODORE, 2009, p.4)

Sendo assim, perante as prerrogativas da cidade neoliberal nos cabe questionar como é possível oferecer resistência em um processo que encolhe tão radicalmente instâncias políticas em prol de instâncias de mercado, que reduz a importância de espaços de representatividade, como os espaços públicos, em benevolência à exigências que são externas ao próprio lugar.

Como podemos encarar a “cidade” enquanto sujeito empresarial, com aspirações próprias que indicam necessidades teoricamente consensuadas em um discurso e projeto de cidade defendida por meio de um intenso *marketing* urbano? São estes os desafios que se colocam aos governos municipais, em um cenário coercivo de competição que autoriza e transpõe o modelo estratégico empresarial para o cenário urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: GESTÕES DISTINTAS DE UMA MESMA RACIONALIDADE

A cidade de São Paulo, a mais populosa e importante cidade do país, teve recentemente duas gestões bastante contrastantes em termos de seus posicionamentos políticos: a gestão de Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que ocorreu entre janeiro de 2013 e dezembro de 2016; e a de João Doria Júnior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre janeiro de 2017 e abril de 2018, quando renunciou ao cargo para iniciar uma candidatura ao governo do estado. O enfoque dado a estes dois governos se dá devido às divergências das propostas de ambos em relação ao tratamento dado aos espaços públicos da cidade, objetos desse estudo.

Primeiramente, nessa análise, é preciso compreender quem são ambos os ex-prefeitos. Fernando Haddad foi professor de Teoria Política Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP), instituição na qual se graduou no curso de Direito, fez seu mestrado em Economia e doutorado em Filosofia, e é atual professor de Administração e Gestão Pública do Insper. De 2001 a 2003, foi Subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da cidade de São Paulo; de 2003 a 2004, integrou o Ministério do Planejamento, período no qual participou da elaboração do projeto de lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil; e entre os anos de 2005 e 2012 foi ministro da Educação; até que em 2012 foi eleito, em segundo turno, prefeito do município de São Paulo, filiado ao PT.

João Doria, por sua vez, é um empresário com formação em Jornalismo e Publicidade; presidente do Grupo Doria, de comunicação e *marketing*; e do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), o qual com mais de 400 empresas representa cerca de 40% do PIB privado nacional⁹. Em sua carreira, foi considerado uma pessoa influente no meio empresarial brasileiro e, mesmo sem antecedentes políticos, foi escolhido em 2016 como candidato do PSDB à Prefeitura Municipal de São Paulo, sendo eleito em primeiro turno, o que não ocorria no município desde 1992.

Como se vê, ambos têm trajetórias bastante distintas: o primeiro, com formação acadêmica variada envolvendo dimensões políticas, econômicas e sociais em uma das principais universidades públicas do país e histórico político; ao passo que o segundo, “iniciante” em sua carreira política, apresenta trajetória totalmente vinculada ao setor empresarial e privado, sendo um importante expoente do mesmo.

Como vamos ver nas considerações seguintes, a eleição de Doria em primeiro turno, vencendo Haddad em sua tentativa de reeleição após haver alterado substancialmente muitos cenários da cidade, não foi sorte, tampouco decorrência de alguma grande habilidade política

⁹ E-biografia, 2017. Biografia de João Doria Júnior. Disponível em <https://www.ebiografia.com/joao_doria_junior/>. Acessado em: 30 de junho de 2018.

identificada no candidato, mas sim resultado de uma reafirmação do poder neoliberal sobre qualquer outro aspecto, do apogeu da forma empresa.

“Como assegurar que a cidade-empresa, planejada e gerida estrategicamente como uma empresa, alcance a eficácia, isto é, a produtividade e a competitividade que se espera de uma empresa? A melhor solução, aqui como em outras situações similares, é recorrer a quem entende do métier – se de empresa se trata, convoquem-se os empresários; se o assunto é business, melhor deixá-lo nas mãos de businessmen.” (VAINER, 1999, p.6)

A afirmação acima parece apresentar uma conclusão bastante lógica para muitas pessoas: se a gestão das cidades se esvaziaram de seu conteúdo político e passaram a atender a requisitos empresariais, então que seja gerida por especialistas no assunto. Essa foi a razão pela qual Doria rapidamente ascendeu entre as classes mais altas, as quais se sentiram afetadas diretamente por políticas de Haddad. De acordo com Harvey (1996),

“A formação de alianças e coalizões é uma tarefa tão delicada e difícil que o caminho se abre para pessoas de visão, tenazes e hábeis (tal como um prefeito carismático, um administrador urbano sagaz ou um abastado líder empresarial) que imprimam um caráter particular na natureza e no direcionamento do empresariamento urbano, talvez até mesmo para moldá-lo a seus objetivos políticos particulares.” (HARVEY, 1996, p.52)

Haddad, embora tenha atuado de forma particular perante o que vinha se realizando na cidade, não foi considerado um gestor carismático por grande parte da população, que se viu atingida pelo caráter incisivo de algumas de suas ações. Ainda que fosse um administrador urbano qualificado, se negou a exercer tal posto exclusivamente sob interesses privados e lançou propostas que não se enquadraram na construção do cenário neoliberal na cidade, como veremos a seguir. Assim, inicia-se a trajetória que aqui se pretende traçar a partir das realizações da gestão 2013-2016, no âmbito dos espaços públicos da cidade, durante seu período de governo.

GESTÃO HADDAD (2013-2016)

A gestão do período de 2013 a 2016, do ex-prefeito Fernando Haddad, foi bastante comentada pela mídia por enfatizar a criação de uma cidade “mais humana, jovem e coletiva”, tendo recebido, inclusive, um prêmio da ONU-Habitat que lhe confere esses mesmos atributos¹⁰. Não é difícil encontrar notícias que a caracterizam dessa forma, atribuindo tais

¹⁰ O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 2015, foi premiado pelo concurso Convocação Pública de Práticas Inovadoras da Nova Agenda Urbana, iniciativa desenvolvida pela ONU-Habitat, rede Marcociudades, Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações Municipalistas (FLACMA), governo da Espanha e Fórum Ibero-Americano de Melhores Práticas. De acordo com o ONU-Habitat o plano foi contemplado por “tornar a cidade mais humana, moderna e equilibrada, através do emprego e da moradia, para

qualidades sobretudo ao próprio prefeito, que as personifica. Para além do noticiário, ademais, profissionais urbanistas e acadêmicos também constituem a defesa de Haddad, ressaltando seus substanciais progressos no que se refere às transformações urbanas que proporcionou durante sua gestão.

Mas afinal, quais foram as medidas tomadas por essa gestão? Haddad destacou-se por, em seu período na prefeitura, incentivar o processo participativo nas decisões urbanas e por dar significativa relevância às questões relativas ao uso da cidade, à importância de seus espaços públicos, visando potencializar o domínio público dos mesmos enquanto espaços de representatividade que fossem, sobretudo, democráticos. Para viabilizar tais medidas, mobilizou legislações e instituiu políticas públicas, concluiu a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade e lançou uma cartilha municipal denominada “Espaços públicos e a cidade que queremos”. Conforme caracteriza Wisnik¹¹, “(...) Advogado, Haddad produziu ações que não manipulam betoneiras, e sim leis, atuando sobre as formas de uso da cidade.”.

Por meio da cartilha mencionada, se afirma fortemente a necessidade vislumbrada pela gestão de renovação das formas de uso dos espaços da cidade, mas não apenas pela proposição de um novo uso em si, mas também pela transformação da estrutura preexistente. Para tal, se propunha a construção de um diálogo aberto e transparente entre os diversos agentes envolvidos na produção e no uso do espaço, visando a criação de uma pactuação política entre as demandas da sociedade e a governança. Embora não se tenha atingido perfeitamente a todos os objetivos propostos, é indiscutível que grandes avanços foram realizados nesse sentido.

Dentre aquilo que foi efetivamente realizado, algumas ações podem ser mencionadas: a abertura da Avenida Paulista e de outras 28 ruas e avenidas importantes em todos os bairros da cidade aos pedestres, aos domingos, com incentivos de apropriação desses espaços por artistas da cidade; a instalação de 120 pontos de Wi-fi livre em praças, visando incentivar a permanência; a regulamentação do Carnaval de rua, espalhados pela cidade e com a permissão de fechamento de determinados espaços públicos para essa finalidade; a política de iluminação que se desenvolveu com a implantação dos postes LED, com a qual foi possível obter o dobro de iluminação pela metade do preço, aumentando a segurança inclusive nos bairros mais periféricos; a implantação de 360 quilômetros de ciclovia, que pressupõem uma maior relação com o percurso do que o transporte automotivo; o projeto Centro Aberto, em que se objetivam transformar alguns espaços públicos das áreas centrais, de modo a ampliar seu domínio por parte da população; e também a instalação de *parklets* pela cidade, extensões do espaço das calçadas.

Como se vê, é uma extensa lista que reafirma uma mesma ideia: a necessidade de retomar o uso dos espaços públicos, de retomar o espaço da cidade aos seus cidadãos. O caráter pragmático de Haddad permitiu que ele superasse certos dogmatismos e levantasse a bandeira da “cidade que queremos” ou a qual sua gestão considerou que deveríamos querer. No entanto, uma questão possível a partir de tamanhas alterações é: como a máquina pública,

enfrentar as desigualdades socioterritoriais.”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-habitat-premia-boas-praticas-de-desenvolvimento-urbano-na-america-latina-e-no-caribe/>> Acessado em 24 de junho de 2018.

¹¹ WISNIK, G. Haddad revoluciona os usos da cidade. Gestão pública e pleito eleitoral em São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/17.109/6211>>. Acessado em 28 de maio de 2018.

historicamente endividada e moralmente reduzida à ineficiência, foi capaz de promover tantas transformações?

A resposta não é simples, mas pode se explicar a partir da própria formação de Haddad: um prefeito que aliou habilidades políticas, econômicas e sociais para conseguir viabilizar suas propostas. Haddad não foi, entretanto, um prefeito radical em nenhuma das instâncias: realizou grande parte dos seus projetos com a cooperação privada, não fez grandes obras que transformaram radicalmente a paisagem urbana ou que demandam investimentos muito elevados, e buscou ampliar a representatividade de outros atores no âmbito decisório (incluindo participação civil e empresarial).

“(...) em muitos casos, o que se requer é mais poder, mais liberdade, mais autonomia. (...) Em outros casos, trata-se de poder organizar-se de forma diferente para flexibilizar as contratações de bens e serviços — sempre que isso redunde numa maior transparência — ou para inovar nos procedimentos administrativos — que facilitem as relações com os cidadãos, ou seja, logrem um maior grau de liberdade e de autonomia. Com toda a certeza, não é possível fazer uma nova política e assumir mais incumbências mantendo velhas estruturas organizativas e procedimentos pensados mais para controlar do que para atuar.” (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 163-164)

Haddad, nesse sentido, pode ser considerado um representante da chamada “esquerda moderna” identificada por Dardot e Laval (2016), a qual não se opõe às condições neoliberais, mas atua a partir delas e com elas¹². Desse modo, o ex-prefeito atuou gerindo as instâncias para que seu objetivo fosse alcançado, ou seja, “a cidade que queremos” e a imagem que queremos transmitir (aos próprios moradores, em busca de adesão à cidade, e às demais cidades, com o intuito de afirmar um posicionamento urbano forte e claro, utilizado também como *marketing* urbano).

Sob essa ótica, portanto, nos cabe outro questionamento: afinal, nesse cenário aparentemente tão positivo, por que Haddad não se reelegeu? A primeira justificativa, bastante relevante, é a conjuntura política nacional: logo após a reeleição de Dilma Rousseff em 2013, com os preparativos da Copa do Mundo que ocorreria no país no mesmo ano, surgiram pelo Brasil uma série de manifestações populares que tiveram seu estopim com o aumento das tarifas de transporte público nos municípios, embora tivessem reivindicações muito mais amplas, que culminaram no *impeachment* da presidente ao final de agosto de 2015.

Quando das manifestações, o que se deu logo no período inicial da gestão na prefeitura, o governo central passou a realizar intervenções diretas nos governos locais, como

12 De acordo com Dardot e Laval (2016): “A política da esquerda moderna deve ajudar os indivíduos a ajudar a si mesmos, isto é, a “dar a volta por cima” numa competição geral que não é questionada em si mesma. Isso se traduz num discurso amparado na reintrodução das categorias típicas do esquema concorrencial do vínculo social: o capital humano, a igualdade de oportunidades, a responsabilidade individual etc, em detrimento de uma concepção alternativa do vínculo social que se basearia em uma maior solidariedade e em objetos de igualdade real.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.238)

o represamento das tarifas, por exemplo, visando controlar a situação nacional¹³. Tal fator interferiu diretamente na autonomia criada pelos representantes locais, principalmente em Haddad, devido à insatisfação da população com o partido político do prefeito (o mesmo da presidência), fortemente vinculado naquele momento à denúncias de corrupção, desacreditado em todo o país, assim como a política de um modo geral.

“Isso nos ajuda a entender a eleição de um “não-político”, ou “antipolítico”, como se autodenominou João Doria Jr. (PSDB), o que, na verdade, já tinha também beneficiado a eleição de Fernando Haddad (PT) em 2012, quando se apresentou como professor universitário sem carreira de político profissional. Em suma, políticos profissionais e política partidária em baixa.” (ROLNIK, 2016)

A segunda razão, que foi a questão local mais relevante em sua perda, foi a acusação persistente da mídia e de seus opositores membros da elite paulistana de que Haddad estava criando uma “indústria da multa”, ou seja, que estava utilizando o dinheiro proveniente de multas de trânsito para pagar funcionários e construir as ciclovias, terminais e corredores de ônibus que estava propondo.

Isso se deu quando foi sancionada uma lei, em São Paulo, que reduzia a velocidade dos automóveis nas marginais Tietê e Pinheiros, o que teve significativos resultados no número de acidentes e vítimas¹⁴, mas também aumentou o número de multas para aqueles que optaram pela manutenção do uso de veículos individuais, embora o transporte coletivo estivesse apresentando tempo menor de deslocamento após a implementação de faixas de ônibus por toda a cidade¹⁵.

Assim, portanto, o prefeito não apenas desagradou à elite paulistana, mas também perdeu o apoio da chamada “periferia consolidada”¹⁶, as quais sentiram a retirada de seus privilégios individuais em prol de melhorias coletivas. Tal situação foi recebida como uma imposição inadmissível em uma sociedade que privilegia a “liberdade individual” baseada na meritocracia, e o declínio da popularidade de Haddad foi inevitável, perante o acúmulo de crises.

¹³ HADDAD, 2017.

¹⁴ De acordo com o Relatório Anual de Acidentes de Trânsito de 2017, disponibilizado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) da cidade de São Paulo, os acidentes fatais nas Marginais Pinheiros e Tietê reduziram de 59, em 2013, para 25 em 2016. Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/646657/relatorioanualacidentestransito-2017.pdf>>. Acessado em: 15 de julho de 2018.

¹⁵ De acordo com dados disponibilizados pela Rede Brasil Atual, a gestão 2013-2016 havia superado, em junho de 2016, a meta de faixas de ônibus (que era de 150 km), com 416 km entregues, mas ainda não havia atingido a meta de corredores (também de 150 km), tendo sido entregue até aquele momento 56 km. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/06/haddad-supera-meta-de-faixas-exclusivas-de-ônibus-em-mais-de-100-9428.html>>. Acessado em: 15 de julho de 2018.

¹⁶ De acordo com Raquel Rolnik: “O pior desempenho de Haddad e do PT, além dos tradicionais bairros da elite paulistana que historicamente votam no PSDB, ocorreu na chamada “periferia consolidada”. São bairros tradicionalmente operários que passaram por processos significativos de transformação urbanística e elevação de renda nas últimas décadas e de onde a população mais pobre foi “empurrada” para mais longe, como a Vila Carioca e Pirituba.”. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/10/06/resultado-das-eleicoes-em-sao-paulo-a-periferia-abandonou-o-pt/>>. Acessado em: 30 de junho de 2018.

GESTÃO DORIA (2017-2018)

É nesse cenário de crises, sobretudo políticas, que Doria ascende como uma solução possível: sem nenhum vínculo político até então, empresário de êxito, surge como um sujeito capaz de “colocar as coisas no lugar” e fazê-las funcionar bem. A partir de sua atuação como empresário, não se questionam suas aspirações políticas, sociais, tampouco urbanísticas. Afinal, como expresso por Vainer (1999) anteriormente: quem melhor que um empresário para gerir a cidade-empresa? A eleição de Doria é a expressão do neoliberalismo e da importância dada às cidades como espaço estrategicamente utilizado na disseminação dessa racionalidade.

E pode-se dizer que Doria foi, em todos seus momentos no cargo de prefeito, representante ferrenho da racionalidade neoliberal. Já no início de seu mandato, cujo lema foi “trabalho, trabalho e mais trabalho”, Doria se vestiu de gari buscando afirmar a importância que daria a estes trabalhadores durante seu período na prefeitura. Assim o fez também outras vezes em suas campanhas, vestindo-se de agente de trânsito ou pedreiro, sempre deixando-se fotografar “trabalhando”, pintando muros, com enxadas na mão, como se vê abaixo.



Fotos de Doria em campanha, utilizando roupas de trabalhadores públicos. Fonte: BuzzFeed News.

A atitude, juntamente com as campanhas de *marketing* do prefeito, claramente baseadas no discurso meritocrático¹⁷, buscam induzir a ideia de que o trabalho é que possibilita melhores condições aos homens. Ou seja, responsabiliza os indivíduos por seu sucesso pessoal. Tal discurso, entretanto, desconsidera qualquer vantagem de umas pessoas

¹⁷ Compreendido enquanto ferramenta de subjetivação neoliberal. “Um novo discurso de valorização do “risco” inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. Se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.213)

sobre as outras e trabalha com a ideia ilusória de uma sociedade igualitária, onde todos têm a mesma condição de acesso a uma vida boa, dependendo fundamentalmente de seu mérito pessoal.

Apesar do intenso *marketing* empregado nesse discurso, especialidade profissional do prefeito, seus momentos de trabalhador braçal não foram bem vistos pela maioria da população, que considerou um desrespeito às profissões das quais ele estava se “fantasiando”, visto que em realidade são trabalhadores sem condições, com baixa escolaridade, e que executam trabalhos árduos com baixos salários e nenhum reconhecimento, realidade desconhecida pelo prefeito, cuja fortuna provém, em boa parte, de herança.

Além de tal atuação, Doria também intensificou bastante a agenda de seus funcionários públicos, visando reafirmar “sua” dedicação à cidade (principalmente quando estava prestes a deixar o cargo), incentivou a privatização e a concessão da estrutura pública e reduziu a burocracia necessária para a abertura de empresas com o programa Empresa Fácil, de modo que as empresas pudessem ser abertas em apenas 5 dias, virtualmente. Todos sintomas neoliberais.

Soma-se a isso o fato de que muitas das ações e programas realizados pelo então prefeito em seu mandato foram possíveis devido a “doações” da iniciativa privada, conseguidas por meio de sua rede pessoal de contatos, o que não significam exatamente um avanço ou melhoramento da máquina estatal, mas um modo de dar resultados apenas à gestão específica. “Alcançamos nesta semana cerca de R\$ 240 milhões em doações de diferentes produtos e serviços para a cidade. É o projeto “Empresa Cidadã”, voltado para empresas que querem ajudar sem interesse, sem contrapartida. Não tem toma lá, dá cá.”, conforme afirmação de Doria em entrevista¹⁸.

Tais circunstâncias, embora não sejam o foco deste trabalho, reforçam o caráter neoliberal do ex-prefeito e seu incentivo ao empresariamento de todas as esferas. Nos cabe indagar, nesse caso, até quando as empresas privadas vão fazer doações “filantrópicas” para a cidade. É possível basear a gestão da cidade na boa vontade empresarial, ou devemos atuar no sentido de fortalecer e independizar o Estado, sem condená-lo a seu desmantelamento?

Voltando à nossa questão principal, as medidas tomadas em relação aos espaços públicos urbanos, Doria também foi o mais neoliberal. Suas primeiras providências foram reverter os avanços realizados por Haddad no sentido da diversificação do transporte da cidade, com alternativas ao transporte individual: retirou algumas ciclovias após o asfaltamento de ruas, deixou-as sem manutenção e tornou mais rígidas as leis para a criação de ciclofaixas exclusivas. Além disso, aumentou novamente os limites de velocidade das marginais (e conseqüentemente o número de mortes ocasionadas por acidentes de trânsito¹⁹)

¹⁸ Entrevista concedida ao jornal da Globo, G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-vai-privatizar-todos-os-parques-de-sp-ainda-em-2017.ghtml>>. Acessado em: 15 de julho de 2018.

¹⁹ De acordo com o Relatório Anual de Acidentes de Trânsito de 2017, disponibilizado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) da cidade de São Paulo, os acidentes fatais nas Marginais Pinheiros e Tietê aumentaram de 25 em 2016 para 32 em 2017. Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/646657/relatorioanualacidentestransito-2017.pdf>>. Acessado em: 15 de julho de 2018.

e praticamente paralisou a construção dos corredores de ônibus, os quais sofreram um grande corte de orçamento, além da redução da frota.

Como se vê, o então prefeito quis deixar evidente que sua gestão era diferente da anterior. Embora tenha mantido algumas das medidas anteriormente tomadas, não as incentivou tampouco. Logo no início de seu mandato, Doria deu início a seu programa “Cidade Linda”, um programa de zeladoria pública e embelezamento realizados com recursos privados e utilizados sobretudo como *marketing* pessoal do próprio prefeito. Dentro desse programa, declarou guerra aos pichadores da cidade, pintando de cinza não apenas os pixos, mas também grafites importantes e representativos para a cidade, como os da Avenida 23 de maio. Desse modo, Doria iniciou seu processo de despolitização do espaço urbano, “selecionando” aquilo que poderia ser expresso nos espaços públicos da cidade.

“Apesar de ainda restritas, essas decisões impactam diretamente sobre uma das mudanças mais significativas que a cidade estava vivendo nos últimos anos: a ruptura com a hegemonia do automóvel sobre todas as demais formas de circulação e a ampliação das possibilidades de circulação e presença, especialmente dos jovens moradores das periferias mais distantes, o que, em conjunto, vinha mudando a cara da capital paulista.” (ROLNIK, 2017)

Entretanto, o auge da neoliberalização da capital paulista durante seu mandato se deu quando, em janeiro de 2018, João Doria Júnior foi à Davos, na Suíça, para o Fórum Econômico Mundial e apresentou o plano de privatização de espaços e serviços públicos de São Paulo aos possíveis investidores estrangeiros. Doria já mencionava desde o início de seu mandato sua intenção de concessão à iniciativa privada, mas o vídeo que apresentou neste momento marcou claramente não “a cidade que queremos”, mas a cidade que o então prefeito queria, literalmente, vender ao capital internacional.

“Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os neo-planejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano imponha-se cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos.” (VAINER, 1999, p.2)

Dentro do pacote de concessões e privatizações (vendas), se encontravam 108 parques, incluindo entre eles o parque do Ibirapuera e outros do mesmo porte e relevância; o Estádio do Pacaembu; o Complexo do Anhembi/SPTuris, juntamente com o Sambódromo; o Autódromo de Interlagos; os 16 mercados municipais de São Paulo, incluindo o Mercado da região central; e alguns serviços como a gestão do Bilhete Único de transporte da cidade; 27

terminais de ônibus; a iluminação pública; 22 cemitérios, 18 funerárias e 1 crematório; e vantagens no setor imobiliário, com ativos públicos em áreas estratégicas.

A partir disso, muitas pessoas passaram a questionar se Doria estava vendendo a cidade de São Paulo e temiam pela cobrança dos acessos e dos serviços, uma vez privatizados. No entanto o ex-prefeito afirmou, em entrevista²⁰, sua defesa: “Não é venda. É uma cidade bem administrada, é diferente. As pessoas nunca viram uma administração semelhante ao que estamos fazendo, com gente capaz. Não é vendida, é melhorada.”.

O vídeo apresentado, entretanto, deixa evidente a imagem que Doria deseja atribuir a São Paulo no cenário internacional: “A maior cidade das Américas, o maior centro financeiro do hemisfério sul, o ecossistema tecnológico mais importante nos mercados emergentes”, uma cidade onde há “18% do PIB da nação, 50% dos bilionários do Brasil, e a maior concentração de shoppings centers”, que é a “principal cidade anfitriã de eventos e a principal cidade em investimentos estrangeiros da América Latina” e que apresenta uma “estrutura única da cidade, com classe mundial, para acelerar e garantir que os projetos de investimento sejam implementados com sucesso”. Uma cidade que, por fim, “apóia seus investidores com assistência preferencial para priorizar projetos e iniciativas: menor custo e tempo, menos burocracia, maior transparência, com segurança jurídica.”²¹.



Imagem removida do vídeo que apresenta o pacote de privatizações de São Paulo. Fonte: Youtube.

É sobre esses aspectos que Doria faz o lançamento do maior programa de privatização da história da cidade de São Paulo, enfatizando seu caráter e relevância global, como um importante centro de negócios, mundialmente reconhecido, corroborando com o que alega Harvey (1996) ao falar do empresariamento urbano:

²⁰ Entrevista concedida ao jornal da Globo, G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-vai-privatizar-todos-os-parques-de-sp-ainda-em-2017.ghtml>>. Acessado em 15 de julho de 2018.

²¹ Trechos do vídeo que apresenta o pacote de privatizações de São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vnxdTFVxJrs>>. Acessado em 26 de junho de 2018.

“O empresariamento urbano tem também sido fortemente marcado por um terceiro traço que consiste numa luta ferrenha para assumir o controle e funções de comando de altas operações financeiras, de governo ou de centralização e processamento (inclusive a mídia).” (HARVEY, 1996, p.55)

Até o presente momento, entretanto, poucas concessões e privatizações iniciadas nessa gestão foram concluídas, mas muitas estão já em negociação, ficando sob responsabilidade do vice-prefeito Bruno Covas levá-las adiante. Responsáveis por outras instâncias públicas, assim como alguns profissionais especialistas, temem e alertam ao fato da possível expulsão da população mais pobre desses espaços a partir da mercantilização dos mesmos, espaços esses que deveriam ser de livre acesso, um direito da população, enquanto espaços públicos.

Como se vê, a breve passagem de Doria pela Prefeitura Municipal de São Paulo se deu claramente no sentido de introduzir na gestão municipal dispositivos neoliberais de governança: a desestatização a partir do discurso de insuficiência do Estado e, portanto, da colocada de recursos privados nos serviços públicos como viabilizadores dos mesmos; o esgotamento da máquina pública, submetendo os funcionários a elevadas jornadas de trabalho sob critérios de transparência; a privatização e internacionalização de espaços e serviços públicos relevantes à cidade, como a mobilidade, por exemplo, sem contrapartidas e garantias sociais; o incentivo ao empresariamento, mais independente, com a redução da burocracia estatal; e, por fim, o discurso meritocrático, que desconsidera as fortes desigualdades presentes na cidade.

“O que nos parece central extrair destas leituras, é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa, ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele, os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico (...) e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados.” (VAINER, 1999, p.7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a racionalidade neoliberal se expandiu e em pouco mais de 40 anos disseminou a forma empresa, primeira instância, para a esfera estatal e também para as esferas subjetivas, de modo a conduzir os sujeitos sob um ideário perante o qual se sentem

incapazes de questionar ou agir contrariamente, visto que são sujeitos condicionados pela mesma.

O que se constata a partir da explanação acerca das duas gestões em São Paulo é a presença, em ambos os casos, de dispositivos neoliberais como instrumentos de gerenciamento: em menor dose, em Haddad, e em maior com Doria. No entanto, o que difere ambos é a aplicabilidade dos mesmos: Haddad os utiliza como meio, ao passo que Doria, como fim, com o intuito último de difundir a racionalidade neoliberal a todas as esferas.

Quando trazida ao âmbito urbano, da mesma forma, as lógicas mercantis neoliberais conduzem ao desligamento entre os meios e os fins, assim como despolitizam as relações entre Estado e cidadãos, de modo que os últimos passam a ser vistos como consumidores dos serviços ofertados pelo primeiro. Nessa lógica os instrumentos urbanos, quaisquer que sejam, são utilizados como mecanismos para a reprodução do capital no espaço, submetendo-os a uma lógica que nada se relaciona com finalidades urbanísticas.

Sujeitas à competição, o espaço físico das cidades e o modo de gerenciá-las passam por constantes transformações, resultantes de seu empresariamento, como nos indica Harvey (1996). Desse modo, altera-se o papel do Estado e, conseqüentemente, o papel da gestão local, que passa a se pautar em instâncias concorrenciais à escala global. “A tarefa da administração urbana consiste, em resumo, em atrair para seu espaço uma produção altamente móvel e flexível e fluxos financeiros e de consumo.” (HARVEY, 1996, p.57).

A figura do “cidadão”, incubido de responsabilidades coletivas, desaparece nesse cenário e dá lugar ao consumidor, cujos direitos privados devem ser beneficiados em decorrência dos direitos públicos, que se diluem. Dessa forma, o consumidor deve arbitrar entre os serviços oferecidos em livre concorrência, na qual se insere também o próprio Estado, que deve atuar como uma empresa em competição pela garantia de seu espaço e representatividade.

Como vimos acerca da Prefeitura Municipal de São Paulo, Haddad foi um prefeito aliado a um partido de esquerda que não contestou as condições neoliberais, mas sim agiu a partir delas, propondo soluções possíveis considerando o cenário ideológico dado e estabelecido, partindo da retórica da esquerda moderna de que “a forma da prestação do serviço, pública ou privada, não afeta o conteúdo e o efeito do serviço. Fortalecendo a eficácia dos serviços públicos, supostamente a política da escolha lhes dá uma nova legitimidade.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.304).

Ou seja, em tais ações da esquerda moderna pretende-se afirmar a eficácia dos serviços públicos para que ele se legitime no cenário da concorrência, para que ele seja o “escolhido” entre outros serviços, por sua qualidade. Não se questiona ou se exclui, portanto, a máxima neoliberal da competição, mas sim adapta-se a ela.

“Por otra parte, en muchos casos los programas neoliberales también han sido directamente ‘interiorizados’ en las políticas urbanas, a medida que algunas alianzas territoriales de formación reciente intentan robustecer las

economías locales a través de un ‘tratamiento de shock’ de desregulación, privatización, liberalización y mayor austeridad fiscal.” (BRENNER; PECK; THEODORE, 2009, p.8)

Doria, por sua vez, representante de um partido de direita, se enquadra mais na descrição supracitada. Quando prefeito, não apenas assumiu as condições mas também apresentou um posicionamento claro e ativo na disseminação da racionalidade neoliberal, atuando no sentido do desmantelamento das funções estatais e da difusão dos limites entre os setores público e privado.

Por fim, para concluir a reflexão aqui realizada acerca da atuação do do governo local e em sua relação com o setor privado, identifica-se a partir dos argumentos expostos a tendência de alteração do papel do Estado, não apenas no âmbito municipal, do qual aqui tratamos, mas de um modo geral, no sentido de ampliar a participação da iniciativa privada em questões que antes eram de responsabilidade exclusivamente estatal.

Vale ressaltar, portanto, que a participação do Estado não é reduzida, como sugerem muitos autores, mas alterada, na medida em que deixa de atuar por interesses sociais e coletivos e passa a atuar como agente responsável por garantir que as condições de mercado – condições de livre concorrência – ocorram. Desse modo, o Estado neoliberal inclui entre suas atribuições não apenas a regulação dos atores, mas também os processos de subjetivação e construção da mentalidade neoliberal, papel que alcança cada vez mais os governos locais.

REFERÊNCIAS

- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *As Cidades como Atores Políticos*. Novos Estudos CEBRAP. N45, jul 1996, p. 152-166
- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. *Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados*. In: Temas Sociales, Vol. 66. Santiago de Chile: Editora SUR, março, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo*. Revista de Administração Pública. v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.
- HADDAD, Fernando. *Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro*. Revista Piauí, n. 129, jun. 2017.
- HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, n. 39, 48-64, 1996.

ROLNIK, Raquel. *Resultado das eleições em São Paulo: a periferia abandonou o PT?* In: Blog da Raquel Rolnik. Out 2016.

_____. *São Paulo, 463 anos. Gestão Doria, 25 dias.* In: Blog da Raquel Rolnik. Jan 2017.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.* In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8., 1999, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPUR, 1999.